

Priscilla Oliveira Nascimento | Daniela Meirelles Andrade

BOAS PRÁTICAS NA
**GESTÃO
ESCOLAR**



SUMÁRIO

p. 3	Apresentação
p. 4	Capítulo 1 – Práticas direcionadas à família
p. 5	- Programa interação família-escola
p. 6	- Transmissão de aulas por meio de redes sociais
p. 8	Capítulo 2 – Práticas direcionadas à valorização dos profissionais da educação
p. 9	- Regulamentação de 1/3 de hora-atividade na rede municipal de educação
p. 10	- Prêmio “Marina Prado de Castro”
p. 13	Capítulo 3 – Práticas direcionadas a melhoria no processo de alfabetização
p. 14	- Programa Municipal de Inclusão Digital e Tecnologia Educacional (PROMITEC)
p. 16	- Escola da Inteligência
p. 18	Capítulo 4 – Práticas direcionadas à melhoria da gestão administrativa escolar
p. 19	- Terceirização da merenda escolar
p. 21	- Modificação de cardápio para atendimento à aluno portador de doença celíaca
p. 22	- Projeto “Vestir a Camisa” - Fornecimento de uniformes para os alunos
p. 24	Capítulo 5 – Práticas direcionadas ao atendimento à alunos especiais e em situação de vulnerabilidade
p. 25	- Serviço de Apoio e Acompanhamento à Inclusão – SAAI
p. 27	- Rede de apoio intersetorial

Caro Leitor,

Esta cartilha foi elaborada no intuito de divulgar boas práticas identificadas na gestão escolar de cinco municípios, localizados em Minas Gerais, a fim de promover a disseminação de novos conhecimentos para o enfrentamento de problemas sociais, econômicos, políticos e de gestão comuns aos gestores públicos.

Uma pesquisa realizada em cinco municípios do sul de Minas Gerais, permitiu identificar ações empreendedoras na gestão pública escolar, por meio das quais foi possível verificar que apesar das peculiaridades e características de cada município, no geral, todos apresentavam problemas muito semelhantes e, que cada um, ao seu modo, tentava criar mecanismos para enfrentar essas adversidades.

Entre as questões mais recorrentes, pode-se destacar as seguintes:

- Ausência de participação da família na vida escolar;*
- Necessidade de valorização dos profissionais de educação;*
- Dificuldades no processo de Alfabetização;*
- Problemas com a gestão administrativa;*
- Necessidade de desenvolver estratégias para atendimento aos alunos especiais e em situação de vulnerabilidade.*

Entre essas questões, algumas delas se destacaram pela inovação, criatividade e efetividade proporcionadas. Assim, esta cartilha visa propagar práticas bem-sucedidas implementadas na gestão escolar de alguns municípios localizados no sul de Minas Gerais, direcionadas para a solução desses problemas. Tais práticas visam, servir como norte e inspiração para que gestores escolares possam lidar com questões cotidianas, pois o conhecimento oriundo da prática é uma ferramenta eficaz na resolução de tensões.

Esta cartilha é um dos frutos de uma dissertação de mestrado profissional em Administração Pública, que compõe o leque de cursos ofertados pela Universidade Federal de Lavras.

Finalmente, agradecemos imensamente aos gestores públicos dos municípios de Boa Esperança, Carrancas, Ijaci, Lavras e Varginha, bem como equipes pela atenção e carinho com que nos receberam, aos alunos de iniciação científica pela ajuda e apoio, bem como todas as pessoas que contribuíram para a realização desse trabalho.

Desejamos à todos uma ótima leitura!



capítulo

1

Ações direcionadas à inclusão da família na vida escolar

A ausência de participação da família na vida escolar dos filhos é uma queixa frequente entre gestores públicos e para que essa relação não se desgaste e se torne um conflito constante, envolvendo cobranças e reclamações da escola para a família e vice e versa, alguns municípios desenvolveram métodos criativos para mudar essa realidade. Neste capítulo serão apresentadas ações desenvolvidas pelos Município de Varginha - MG e Carrancas – MG, para aproximar a família da escola, no intuito de fortalecer os laços e contribuir para o desenvolvimento integral do aluno. Vejamos:

PROGRAMA INTERAÇÃO ESCOLA-FAMÍLIA

O que é?

O Programa Interação Escola-Família acontece no município de Varginha – MG e tem como objetivo contribuir para a construção de uma relação entre a escola e a família, de maneira a privilegiar e a concretizar a aprendizagem e o desenvolvimento integral dos estudantes atendidos pela rede municipal de ensino, contribuindo para assegurar aos mesmos uma educação de qualidade.

O programa atende a meta 19 do Plano Nacional de Educação 2014-2024, que visa assegurar condições para a efetivação da gestão democrática da educação, bem como segue os ditames do guia elaborado pela Unesco juntamente com o Ministério da Educação, denominado “Interação escola família subsídios para práticas escolares”.

Como ele funciona?

No início do ano, cada escola deve elaborar um projeto e determinar a forma como o programa funcionará, durante todo o ano na escola, tendo a liberdade de adequar as ações de acordo com as demandas e prioridades da comunidade escolar. O projeto engloba o desenvolvimento de uma ação, no mínimo uma vez por mês, com o objetivo de envolver a família, além do dia da família na escola.

O dia da família na escola é um dia letivo diferente, que visa a interação entre família e escola. Ele é unificado na rede e acontece pelo menos uma vez ao ano. Desse modo, o dia da família na escola, ocorre em todas as unidades de educação infantil, e em todas as escolas de ensino fundamental, em dias diversos, para os que pais que possuam filhos em escolas diferentes consigam acompanhá-los em todas as ações, ou seja, não há atividades simultâneas nas diferentes faixas etárias. Neste dia as escolas abrem para as famílias e realizam várias ações diversificadas em parceria com a saúde, assistência social, universidades e demais parceiros, que consistem em palestras, gincana, apresentações das crianças, feiras, cafés e almoços coletivos.

As demais ações são realizadas no mínimo uma vez por mês pela unidades educacionais, que as direcionam a um público definido por exemplo: os pais dos alunos de uma determinada turma, os pais das crianças com deficiência, etc., de modo que sempre ocorra uma ação por mês de interação entre família e escola.

Como foi o processo de implementação desse programa?

Inicialmente, foi realizado o lançamento do programa com as equipes gestoras das escolas

municipais e entregue um kit da coleção “Quem Ama Educa” e do “Manual de Educação para Filhos”, de Içami Tiba, às mesmas. Após, foi realizado o primeiro dia da família na escola em todas as Unidades Educacionais. Posteriormente, realizou-se a formação de todos os gestores, para orientar na elaboração dos projetos e o direcionamento das ações de acordo com as demandas de cada escola, além da realização de uma palestra com a psicóloga e escritora Adriana Araújo. Em seguida, as escolas elaboraram seus projetos, encaminharam para a Coordenação da Secretaria Municipal de Educação que orientou a implementação e monitora a execução dos mesmos nas unidades escolares da rede municipal de ensino.



BENEFÍCIOS

- Fortalecimento dos laços entre escola e família.
- Aumento da participação dos pais na escola e na vida educacional dos filhos.
- Melhora no processo de aprendizagem dos alunos.

TRANSMISSÃO DE AULAS VIA FACEBOOK

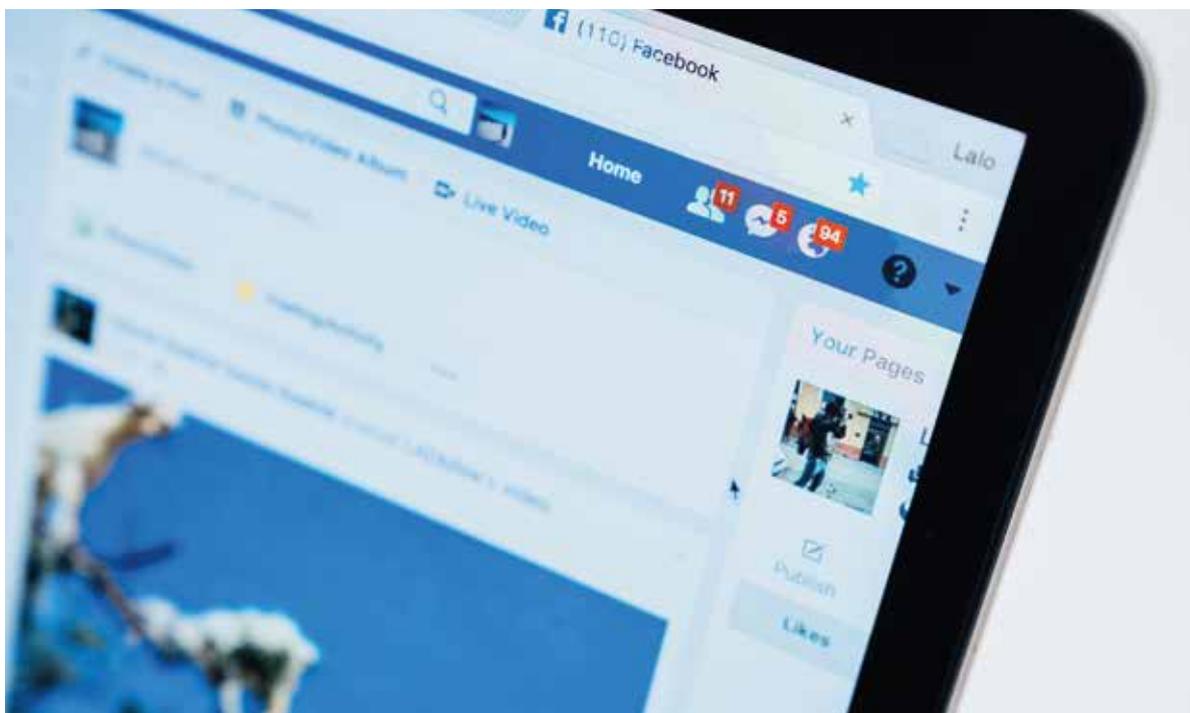
O que é?

No município de Carrancas – MG, algumas aulas que são destinadas para apresentações artísticas ou pedagógicas dos alunos da rede municipal de ensino, são transmitidas ao vivo na rede social Facebook, pela página da Secretária Municipal de Educação de Carrancas. Desse modo, pais que não podem se deslocar até a escola para assistirem as apresentações de seus filhos e a comunidade, passam a ter a oportunidade de assistir os trabalhos e interagir com a escola, comentando as apresentações. Esta ação possibilita a interação da família, escola e comunidade, bem como o diálogo e transparência, atendendo as metas 7 e 19 do Plano Nacional de Educação 2014-2024.

Como ocorre essa ação?

Inicialmente, o prefeito municipal autorizou a secretária municipal de educação a criar uma página na rede social Facebook denominada “Secretaria Municipal de Educação”. Em

seguida a secretária divulgou para rede municipal de ensino que uma página havia sido criada na rede social para divulgação das ações da secretaria, por meio de textos, fotos e vídeos, inclusive em tempo real.



Desse modo, quando uma professora deseja divulgar alguma apresentação de seus alunos ela deve previamente, avisar a secretária municipal de educação, que informará a comunidade por meio da rede social o horário e o dia da apresentação. Neste dia, por meio de um smartphone ou tablet a apresentação é filmada e transmitida ao vivo pelo Facebook, possibilitando que todos visualizem as apresentações e emitam seus comentários. Posteriormente, o vídeo com apresentação fica disponibilizado na página da secretaria municipal de educação no Facebook, para que todos possam assistir. Caso não exista a possibilidade da divulgação em tempo real, o professor conta com a possibilidade de divulgação do trabalho posteriormente na página da Secretaria de Educação.



BENEFÍCIOS

- *Participação dos pais na vida escolar dos filhos.*
- *Utilização da tecnologia para melhoria de processos.*
- *Interação da família, escola e comunidade.*
- *Divulgação das ações da escola.*

capítulo 2

Práticas direcionadas à valorização dos profissionais da educação

A valorização dos profissionais da educação é uma pauta sempre cobrada aos gestores públicos, entretanto, a escassez de recursos e a rigidez de processos tornam sua efetivação ainda mais complicada, porém com planejamento, estudos e criatividade essa pauta pode se tornar realidade. No capítulo 2 serão apresentadas duas práticas elaboradas pelo município de Varginha – MG, para a valorização dos profissionais da educação.



REGULAMENTAÇÃO DE 1/3 DE HORA-ATIVIDADE NA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE VARGINHA – MG

O que é?

A hora-atividade é um período reservado para estudo, planejamento e avaliação. É realizada pelo professor e está incluída na carga de trabalho dos profissionais da educação. Neste momento devem ser realizadas atividades de capacitação, planejamento, reuniões e outras atividades que não caracterizem o exercício da docência, sendo proibida a utilização da hora-atividade para substituição eventual de professores.

Sua previsão legal está na Lei Federal nº 11.738 de 2008, conhecida como “lei do piso salarial”. Esta ação atende as metas 17 e 18 do Plano Nacional de Educação 2014-2024, que estabelecem respectivamente: valorização dos profissionais do magistério das redes públicas de educação básica, de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos demais profissionais como: escolaridade equivalente e assegurar a existência de planos de carreira para os(as) profissionais da educação básica e superior pública e, para o plano de carreira dos profissionais da educação básica pública, tomando como referência o piso salarial nacional profissional, definido em na Lei Federal nº 11.738 de 2008.

Como funciona?

A jornada de trabalho dos profissionais do magistério público da educação básica determinada pela Lei Federal nº 11.738/08 é de no máximo 40 horas semanais, assim 2/3 são destinados a interação com os educandos e 1/3 ao cumprimento da hora-atividade. No município de Varginha o professor deve cumprir 30 módulos semanais, onde cada módulo/aula equivale a 50 minutos. Assim 20 módulos são destinados à docência e 10 módulos a hora-atividade, vale ressaltar que no município 50% (cinquenta por cento) da hora-atividade é cumprida em local de livre escolha do docente.

Como aconteceu o processo de implementação?

Para implementação da hora-atividade no município de Varginha, foi necessário a elaboração de uma lei municipal (Lei e 5.916/2014) e, posteriormente foi elaborado um decreto (Decreto 7.144/2014) que o regulamentasse. No primeiro ano, os professores dispunham de uma carga horária semanal de 24 módulos, sendo que 16 eram cumpridos na sala de aula e 8 módulos como hora-atividade.

Antes de iniciar o ano letivo foram realizadas diversas reuniões com todos os diretores, supervisores e orientadores da rede, inclusive foram elaboradas duas cartilhas, uma destinada aos gestores e outra aos professores que explicavam como seria realizada a

hora-atividade e seu acompanhamento dentro e fora da escola.

Nos dois primeiros anos, após a implementação da hora-atividade foram realizadas avaliações de seus impactos. No primeiro ano, foram aplicados questionários em toda rede com os seguintes critérios de avaliação: a implementação, o processo e os resultados. No segundo ano, a avaliação ocorreu apenas com os gestores e, por meio dos dados colhidos nessas duas avaliações identificou-se a necessidade de uma mudança na legislação, qual seja, a extensão da carga horária dos professores de 24 para 30 módulos, pois da forma como a hora-atividade estava sendo executada havia uma alta rotatividade de professores dentro da sala de aula, o que causou uma baixa produtividade no processo de alfabetização.

Deste modo, atualmente, os professores da rede municipal de ensino de Varginha possuem uma carga horária de 30 módulos semanais, sendo que 20 módulos são dedicados à docência e 10 módulos à hora-atividade, sem que haja uma alta rotatividade de professores na sala de aula e os alunos tenham seu processo de alfabetização prejudicado.



BENEFÍCIOS

- *Melhoria da prática pedagógica e avanço nos índices dos educandos.*
- *Equiparação salarial para todos os professores da rede municipal com vencimentos calculados sobre o número de hora-aulas semanais.*
- *Formação continuada dos professores.*
- *Troca de experiências através de reuniões coletivas.*
- *Valorização do professor.*

COMPARTILHAR PARA CRESCER - PRÊMIO MARINA PRADO DE CASTRO

O que é

O projeto desenvolvido pelo município de Varginha consiste na valorização do trabalho docente, com a disseminação de práticas educativas e administrativas de sucesso e

incentivo à pesquisa e a produção científica de conhecimento educacional da rede municipal de ensino, por meio da premiação das melhores práticas em dinheiro. Podem concorrer ao prêmio: educadores, professores e a equipe pedagógica da rede municipal de ensino. O Prêmio atende a meta 17 do Plano Nacional de Educação 2014-2014 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/1996, que visam a valorização dos profissionais da educação.

Como ele funciona?

O prêmio tem caráter cultural/educacional e visa identificar, valorizar e divulgar experiências educativas e administrativas de qualidade, planejadas e executadas por educadores, professores, diretores, vice-diretores, supervisores pedagógicos e orientadores educacionais nas escolas da rede municipal de ensino, tornando o educador em pesquisador de sua prática.

O prêmio possui duas categorias sendo a primeira a premiação de práticas exitosas desenvolvidas na rede municipal de ensino. Nessa categoria são apresentados trabalhos que contenham de relatos de experiência e a comprovação de execução das práticas exitosas. Esta categoria é dividida nas seguintes subcategorias: práticas exitosas desenvolvidas na educação infantil; práticas exitosas desenvolvidas nas séries iniciais do ensino fundamental: 1º ao 3º anos; práticas exitosas desenvolvidas nas séries iniciais do ensino fundamental: 4º ao 5º anos; práticas exitosas desenvolvidas séries finais do ensino fundamental: 6º ao 9º anos; e a subcategoria práticas administrativas, direcionada as práticas desenvolvidas pela equipe gestora. A segunda categoria abarca a produção de artigos científicos na área educacional elaborados pelos profissionais da rede municipal de ensino.

Como é seu processo de elaboração?

No primeiro semestre de cada ano é lançado o edital do Prêmio Marina Prado, de modo que todos os profissionais da rede municipal de ensino tomem conhecimento e tenham tempo de se preparar para o concurso. Em outubro são abertas as inscrições, de novembro à dezembro os trabalhos são avaliados e em dezembro ocorre a premiação. O prêmio “Marina Prado de Castro” está previsto na Lei Municipal nº 5.916/2014, que dispõe sobre Plano Complementar de Carreira do Magistério do Município de Varginha e, é regulamentado todo ano por meio da expedição de um decreto municipal.

Após a coleta de todos os trabalhos participantes, os quais não podem ter seus autores identificados, estes são direcionados a uma equipe julgadora, composta por profissionais da educação que atuam em diferentes segmentos, que não seja na rede municipal de ensino, para não comprometer a lisura do processo. Os trabalhos são avaliados segundo

parâmetros de análise elaborados pela secretaria municipal de educação, os quais constam no edital do prêmio.

O dia da premiação é um dia festivo em que há a realização de um coquetel. São convidados para o mesmo os cinco primeiros classificados em cada subcategoria e os grandes vencedores só são divulgados neste dia. Após a premiação, as práticas premiadas são disseminadas para toda rede em dias letivos sem a ministração de aula previstos no calendário escolar.



BENEFÍCIOS

- *Valorização dos professores da rede municipal de ensino que desenvolvem práticas exitosas.*
- *Compartilhamento de conhecimento e disseminação de práticas bem sucedidas.*
- *Estímulo à pesquisa e produção científica.*

Práticas direcionadas a melhoria no processo de alfabetização

A alfabetização é o foco principal do ensino, é por meio dela que o aluno irá desenvolver habilidades e competências que o capacitarão para a vida em sociedade. Porém cada aluno irá perseguir esse processo de uma forma, alguns com mais facilidades, outros nem tanto. É preciso que os professores saibam lidar com essa diversidade e introduzam novos métodos para contribuir com esse processo. Nesse capítulo veremos práticas desenvolvidas pelos municípios de Varginha – MG e Lavras – MG, para melhoria do processo de alfabetização.

PROGRAMA MUNICIPAL DE INCLUSÃO DIGITAL E TECNOLOGIA EDUCACIONAL - PROMITEC

O que é?

O Programa Municipal de Inclusão Digital e Tecnologia Educacional – PROMITEC é uma política pública elaborada pelo município de Varginha que tem como objetivo promover a inclusão digital e as práticas de tecnologias educacionais em três dimensões: infraestrutura, assessoria pedagógica e assessoria técnica. Este programa tem previsão na Lei Orçamentária Anual – LOA e no Plano Plurianual do município de Varginha. Este programa atende a meta 7 do Plano Nacional de Educação 2014-2024, que busca fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem.

Como ele funciona?

Na dimensão infraestrutura o programa promove a revitalização dos laboratórios de informática, por meio da aquisição e reposição de equipamentos, disposição de conectividade/internet em todas as unidades educacionais e ampliação de banda. Além disso há a oferta de cursos na área de informática para docentes, gestores, alunos e população, proporcionando a inclusão digital e a formação continuada, por meio do Centro de Formação Tecnológico.



Na dimensão assessoria pedagógica, o programa garante a formação dos profissionais de educação, com a oferta de cursos de capacitação, que são realizados por meio da contratação de especialistas, palestrantes, parcerias com universidades, bem como a oferta de suporte pedagógico para elaboração e desenvolvimento de projetos com o uso das tecnologias.

Por último, na dimensão assessoria técnica, o programa oferta assistência técnica para a rede municipal de ensino, por meio da contratação de profissionais especializados que atuam na parte técnica e manutenção dos equipamentos eletrônicos.

Como foi o processo de implementação?

Após a realização de um diagnóstico da rede municipal, através de uma dissertação de mestrado, verificou-se que apesar da existência dos laboratórios de informática nas unidades escolares estes não eram utilizados. De posse desses dados, o município previu em seu Plano Plurianual e Lei Orçamentária Anual uma reserva financeira para a melhoria da infraestrutura das escolas e disponibilização de assessoria técnica e pedagógica.

Inicialmente, foram adquiridos computadores novos para todas as salas de informática da rede, construído o centro de formação tecnológica e ampliada a conectividade à rede de internet. Após esse processo, foram contratados profissionais especializados na área de informática para a manutenção dos computadores adquiridos e prestação de assessoria técnica. Também foi realizada a formação dos professores, por meio de colóquios de tecnologias para mediação da aprendizagem e oferta de oficinas pedagógicas que ensinavam o professor a utilizar as ferramentas disponíveis.



BENEFÍCIOS

- *Possibilidade do professor ter outras ferramentas para melhorar o ensino, atuando de modo condizente com a modernidade.*
- *Utilização de recursos mais atrativos que facilitam o processo de alfabetização.*
- *Elaboração de aulas dinâmicas que levam o aluno a ser produtor de conhecimento.*
- *Disseminação da cultura digital.*
- *Utilização de 100% dos laboratórios de informática da rede.*
- *Oferta de cursos na área de informática para docentes, gestores, alunos e população por meio do Centro de Formação Tecnológica.*

ESCOLA DA INTELIGÊNCIA

O que é?

A escola da inteligência é um material didático, pedagógico, baseado na teoria do médico e escritor Augusto Cury, que objetiva trabalhar as emoções dos alunos, tornando-os mais propícios ao processo de aprendizagem. A escola da inteligência é desenvolvida no município de Lavras – MG, por meio de uma disciplina ofertada aos alunos da rede municipal de ensino. O projeto está intimamente ligado ao processo de alfabetização e aquisição de conhecimento, aprendizagem, memorização, controle das emoções, da ansiedade, doenças psicoemocionais como a síndrome do pânico, estresse, depressão. A escola da inteligência atende a meta 7 do Plano Nacional de Educação ao fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades.



Como ele funciona?

A escola da inteligência é ofertada aos alunos da rede municipal de ensino no formato de disciplina, sendo lecionada uma vez por semana, pela própria professora da classe aos alunos a partir de 4 anos de idade indo até o ensino fundamental 2.

Oito escolas do município são contempladas com o projeto, posto não ser possível atender todas as escolas devido à escassez de recursos. As escolas contempladas foram selecionadas de acordo com perfil do aluno, levando em conta a sua vulnerabilidade social e emocional, questões econômicas, questões familiares, uso de drogas e a violência do bairro em que reside.

Como foi o processo de implementação?

A ação foi adotada pela secretaria municipal de educação no ano de 2015 e, a cada quarenta dias o programa é avaliado. Para tanto, uma pedagoga da escola da inteligência desloca-se até as unidades escolares beneficiadas com o programa e faz uma avaliação, junto à cada professor, considerando o trabalho que foi realizado no período. Durante essa avaliação é possível identificar como o material está sendo utilizado e quais as dificuldades dos professores na aplicação da metodologia proposta. Há, ainda, o acompanhamento contínuo de alunos, professores e pais, que são examinados por meio da aplicação de avaliações periódicas. As informações colhidas com as avaliações, depoimentos dos professores, das diretoras e dos pais, são compiladas num portfólio.



BENEFÍCIOS

- *Proporciona solucionar problemas como indisciplina, valores, educação e gestão das emoções.*
- *Capacitação dos professores para conhecer e lidar com as emoções dos alunos.*
- *Melhoria do processo de ensino e aprendizagem.*
- *Promoção do desenvolvimento integral do aluno.*
- *Melhoria dos índices de desenvolvimento educacionais.*



capítulo

4

Práticas direcionadas à melhoria da gestão administrativa escolar

Os gestores de escolas públicas enfrentam no seu dia-a-dia os mais variados contratempos, inclusive na gestão administrativa das unidades escolares. Um problema recorrente identificado na pesquisa foi em relação à compra, preparo e distribuição de merenda, bem como, a oferta de dietas especiais à rede municipal de ensino. No capítulo 4 iremos apresentar uma ação desenvolvida pelos município Varginha – MG e outra pelo município de Boa Esperança – MG, direcionadas à melhoria desses processos e garantia de permanência do aluno na vida escolar. Vejamos:

TERCEIRIZAÇÃO MERENDA

O que é?

A terceirização da merenda escolar objetiva otimizar a preparação, logística e armazenamento de alimentos para elaboração da merenda escolar, por meio de licitação, passando da auto-gestão para a terceirização. Esta mudança possibilita o atendimento das mais variadas demandas alimentícias e nutricionais dos alunos ao facilitar o processo de compra, produção e distribuição da merenda. A terceirização da merenda escolar proporciona o atendimento a meta 7 do Plano Nacional de Educação 2014-2024 que visa fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades.

Como funciona?

Após a abertura de um processo licitatório e da contratação da empresa vencedora, esta é obrigada a fornecer ao município toda parte de gênero alimentício, exceto produtos de hortifrúti, iogurte e queijo que ficam sob responsabilidade do município, por serem adquiridos, por meio da verba da agricultura familiar. São ofertados pela empresa contratada equipamentos e utensílios de cozinha, mão-de-obra, manual de boas práticas, ficha-técnica, avaliação nutricional do aluno, educação nutricional do aluno, desratização e dedetização da cozinha e do estoque.

Desse modo, a empresa vencedora monta sua cozinha, dentro de cada unidade escolar e fornece à mesma o cardápio estabelecido pela secretaria municipal de educação, sem atrasos e seguindo as normas de higiene e de nutrição determinadas pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, além das dietas especiais que são solicitadas através de atestado médico/nutricionista.

Como foi a implementação da terceirização?

Inicialmente, o setor de merenda do município, composto por nutricionistas e profissionais da educação, desenvolve um projeto base, que orienta-se pela legislação do FNDE e estabelece como será efetuado todo o processo de elaboração e distribuição da merenda. Este projeto dispõe entre outras coisas, sobre o valor nutritivo do cardápio, avaliação nutricional, educação nutricional, segurança alimentar e a forma como será computado o fornecimento da merenda que servirá de suporte para pagamento da empresa. Posteriormente é elaborado um edital para a contratação da empresa que fornecerá a merenda escolar observando os ditames do projeto base.

Após a contratação, a prestadora de serviço atende ponto a ponto cada unidade escolar durante todo período letivo.



A fiscalização de todo o processo de elaboração da merenda é feita pelo município. Já a remuneração da empresa é feita de acordo com o consumo da merenda, para tanto são distribuídas fichas para os alunos, sendo que frutas, suco, iogurte e salada, podem ser consumidas livremente com apenas uma ficha, refeições completas equivalem a uma ficha para cada aluno. A distribuição de fichas aos alunos é feita por servidores da secretaria municipal de educação nas unidades escolares, no horário das refeições.



BENEFÍCIOS

- *Garantia da execução de boas práticas.*
- *Garantia do cumprimento do cardápio e valor nutricional.*
- *Fornecimento de educação nutricional.*
- *Dispensa de estoque de alimentos por parte do município.*
- *Garantia que a merenda será destinada apenas ao aluno.*

MODIFICAÇÃO DE CARDÁPIO PARA ATENDIMENTO À ALUNO PORTADOR DE DOENÇA CELÍACA

O que é?

A doença celíaca é uma reação exagerada do sistema imunológico, que causa intolerância ao glúten, proteína encontrada em cereais. Essa doença possui origem genética e começa dar os primeiros indícios entre o primeiro e o terceiro ano de vida. A doença celíaca pode causar diarreia, anemia, perda de peso, osteoporose, câncer e até mesmo o déficit de crescimento em crianças.

Pessoas portadoras da doença celíaca não possuem uma enzima responsável por quebrar o glúten. Com isso, o glúten não é processado de modo adequado fazendo com que o sistema imune reaja e ataque a mucosa do intestino delgado, causando lesões e prejudicando o funcionamento do órgão. A única forma de combater a doença celíaca é eliminando completamente o glúten do cardápio.

No município de Boa Esperança – MG, há um aluno portador da doença celíaca, porém trata-se de um caso raro. Neste aluno os sintomas da doença não aparecem somente com a ingestão de algum alimento que contenha glúten, o simples contato físico com esse tipo de alimento já causa reações exacerbadas, que reiteradamente o levavam para o pronto socorro e o impedia de frequentar escola. No intuito de proporcionar que este aluno frequente a escola, a secretaria municipal de educação de Boa Esperança, modificou o cardápio da unidade escolar do aluno celíaco, excluindo o glúten de todas as refeições ofertadas. Esta medida atende a meta 7 do Plano Nacional de Educação 2014-2024 ao fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades.

Como funciona?

A unidade escolar que recebe o aluno celíaco é totalmente modificada para recebê-lo, posto que o simples contato com o vapor de um macarrão com glúten ou pó de giz, pode contaminá-lo. Desse modo, o cardápio da unidade escolar é substituído por um que não contenha glúten, as lousas com giz são trocadas por quadros com pincéis, os móveis do refeitório são substituídos por outros que facilitem a limpeza com álcool para eliminar qualquer vestígio de glúten.

Como se deu essa mudança?

A nutricionista particular do aluno procurou a escola para informa-la sobre a doença que o acometia, alertando para seus riscos e sua prevenção. De posse dessas informações, a

secretaria municipal de educação, juntamente com a nutricionista particular do aluno e uma profissional da Associação dos Celíacos do Brasil – ACELBRA, ofertaram cursos e treinamentos para todos os servidores da unidade escolar, bem como as nutricionistas do município sobre a doença e suas formas de contaminação cruzada. Posteriormente, as informações a respeito da doença foram disseminadas para todos os profissionais escola, pais e alunos, que também receberam aulas de educação nutricional e palestras.

Após esse processo foi realizada uma compra emergencial para aquisição de alimentos sem glúten, em seguida, o edital de licitação de compras de alimentos do município, direcionado à secretaria municipal de educação.



BENEFÍCIOS

- *Inclusão do aluno celíaco na vida escolar;*
- *Treinamento e capacitação dos profissionais da rede municipal de ensino a respeito da doença celíaca;*
- *Capacitação continuada das nutricionistas da rede municipal de ensino junto à Associação dos Celíacos do Brasil – ACELBRA.*

PROJETO “VESTIR A CAMISA” - FORNECIMENTO DE UNIFORMES ESCOLARES AOS ALUNOS

O que é?

No município de Ijaci – MG, a secretaria municipal de educação através da prefeitura municipal, doa a todos os alunos matriculados na rede municipal de ensino, uniformes escolares. Esta ação atende a meta 7 do Plano Nacional de Educação 2014-2024, ao fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas, atende também a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei Federal nº 9.394/1996, ao promover a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.

Como ocorre essa ação?

São ofertados aos alunos matriculados na rede municipal de ensino um kit contendo

uniformes escolares com os seguintes itens: camiseta com manga curta, camiseta com gola polo, camiseta para atividades físicas, bermuda, short-saia, calça, jaqueta e tênis.

A medida em que os alunos vão crescendo os uniformes são substituídos por outros do tamanho adequado. Assim sendo, todos os alunos dispõem de vestimenta adequada para ações específicas ligadas à escola, tais como eventos cívicos e oficiais, educação física e ministração de aulas.

Como foi o processo de implementação?

Inicialmente, foi feita uma avaliação pela secretaria municipal de educação quanto à necessidade dos alunos de receberem o uniforme escolar, em seguida verificou-se no orçamento do município a disponibilidade financeira para fornecê-los, tendo sido localizada uma dotação orçamentária destinada à gastos com os alunos. Após esse processo a secretaria elaborou alguns modelos de uniformes, com as cores oficiais das escolas do município e os colocaram em votação entre a equipe gestora, o modelo vencedor foi encaminhado para aprovação do prefeito municipal.

Em seguida, a secretaria identificou a quantia necessária de uniformes, de acordo com o número de alunos, a fim de atendê-los e, posteriormente, solicitou a equipe administrativa e pedagógica que requisitassem dos pais os tamanhos dos uniformes a serem doados. De posse dessas informações foi elaborado um edital e aberta licitação para aquisição dos kits com os uniformes escolares. Todo o processo, desde a avaliação da necessidade ao fornecimento dos uniformes, levou cerca de nove meses.

No primeiro ano, foram doados tênis, calça e camiseta com gola polo, no ano seguinte foram doados bermuda, short-saia, camiseta com manga curta e jaqueta.



BENEFÍCIOS

- *Promoção da igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.*
- *Identificação e segurança dos alunos dentro e fora da escola.*
- *Economia para a família.*
- *Vestimenta adequada para ocasiões específicas.*
- *Compromisso e envolvimento dos alunos com a escola.*



capítulo 5

Práticas direcionadas ao atendimento à alunos especiais e em situação de vulnerabilidade social

A qualidade da educação implica não somente num processo de alfabetização consistente e efetivo, como também na inclusão de todos aqueles alunos que por condições físicas ou sociais, possam ser excluídos, para tanto é preciso um sistema educacional proativo, integrado e inclusivo. No capítulo 5, apresentaremos duas ações desenvolvidas pelo município de Varginha – MG, para o atendimento de alunos especiais e em situação de vulnerabilidade social.

SERVIÇO DE APOIO E ACOMPANHAMENTO À INCLUSÃO - SAAI

O que é?

O Serviço de Apoio e Acompanhamento à Inclusão – (SAAI) é um serviço destinado ao atendimento, apoio e acompanhamento das necessidades educacionais especiais dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação matriculados nas escolas e centros municipais de educação infantil da rede pública municipal de Varginha. O SAAI objetiva apoiar a aprendizagem dos educandos público alvo da educação especial com uma pedagogia centrada na criança, respeitando tanto a dignidade como as diferenças de todos os alunos.

O Serviço foi criado por meio da Lei Municipal nº 5.830/2014 e regulamentado pelo decreto municipal 6.928/2014 e atende a meta 4 do Plano Nacional de Educação 2014-2024, que estabelece a universalização, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, ao acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

Como funciona esse serviço?

O serviço prestado à esses alunos advém da efetivação de um convênio com uma instituição sem fins lucrativos, atuante na área de educação especial. Por meio do convênio a instituição e a escola trabalham juntas na elaboração de uma pedagogia dirigida a criança, destinado ao acesso, permanência, participação e aprendizagem desses estudantes. Além disso, a Secretaria Municipal de Educação conta com uma Coordenação da Educação Inclusiva que orienta e acompanha os profissionais contratados pela instituição para trabalhar com os estudantes público alvo da Educação Especial.

Desse modo, a partir do momento em que o aluno é encaminhado para o serviço é realizada uma avaliação pedagógica do mesmo, que contempla todas as habilidades cognitivas, meta-cognitiva, interpessoal, afetiva, psicomotora, comunicacional e as habilidades acadêmicas, que o direciona para o melhor tratamento. Após o levantamento da demanda, instituição conveniada promoverá então a contratação dos profissionais especializados para atuarem no atendimento desse alunos, sendo disponibilizados nas escolas professores do atendimento educacional especializado, tradutor e intérprete de libras, guia-intérprete e profissionais de apoio. Alunos que necessitem de ajuda clínica como as de: psicólogos, psicoterapeutas, psicopedagogos, fonoaudiólogos, são atendidos diretamente na instituição.

Como ocorreu o processo de implementação desse serviço?

Inicialmente, foi elaborada uma lei municipal para criação do serviço que, em seguida, teve seu funcionamento regulamentado por um decreto municipal. Após esse processo foi lançado um edital de credenciamento para habilitação das instituições interessadas, que dispunha dentre outras coisas o preço pago por aluno/mês ou por profissional cedido, bem como outras despesas relacionadas com o objeto do ajuste. No caso de participação de mais de uma instituição habilitada o edital previa que a classificação seguiria os seguintes critérios: apresentação de todos os documentos solicitados, avaliação técnica, maior tempo de atuação na educação especial.

O credenciamento foi realizado pela Secretaria Municipal de Educação do Município e após a classificação da instituição habilitada, esta estava apta a celebrar convênio com o Município de Varginha. O Convênio foi destinado ao atendimento gratuito de estudantes da rede municipal de ensino a ser realizado nas salas de recurso multifuncionais localizadas nas unidades escolares e/ou instituições especializadas, salas de aula localizadas nas unidades escolares, por meio de repasse de recursos.

O convênio está vigente, razão pela qual todos os anos é consignado nos orçamentos futuras dotações para o custeio dessa despesa. As despesas decorrentes do serviço correm por conta do percentual constitucional aplicado à educação, não impactando no orçamento.



BENEFÍCIOS

- *Atendimento de todos os alunos matriculados na rede municipal com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, por um profissional especializado.*
- *Não incidência da contratação de profissionais especializados na folha de pagamento.*
- *Diminuição do tempo de espera pelo atendimento especializado.*
- *Adequações pedagógicas que aceleram o processo de alfabetização.*
- *Acesso, permanência e participação à aprendizagem de qualidade.*

REDE DE APOIO INTESETORIAL

O que é?

A rede de apoio intersectorial são as práticas, de articulação que acontecem entre o setor educacional e os demais setores, tais como a assistência social, saúde, poder judiciário, destinadas à proteção integral de alunos em situação de vulnerabilidade e a garantia de seus direitos fundamentais. A rede efetiva-se por meio do trabalho conjunto de diversos órgãos em prol da criança e do adolescente.



A rede de apoio intersectorial atende as metas 1, 2 e 7 do Plano Nacional de Educação 2014-2024, que visam a universalização a educação infantil na pré-escola, ensino fundamental e fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades; bem como, atende o Documento Final da Conferência Nacional de Educação – CONAE, 2010, ao fortalecer políticas públicas intersectoriais entre a educação, saúde e a assistência social.

Como funciona?

A partir do momento em que a escola identifica um aluno em situação de vulnerabilidade, profissionais da educação, saúde, assistência social e conselho tutelar, quando necessário, se reúnem para discutir o caso e fazerem uma intervenção conjunta. Identificada alguma situação instável, a escola entra em contato com a assistência social pra ver se aquela criança possui cadastro no CRAS. O CRAS por sua vez verifica se o aluno é acompanhado ou não, se já é acompanhado a conversa é direcionada, se a criança ainda não é acompanhada o CRAS realiza a busca ativa, ou a escola pede para a família procurar o CRAS, a fim de que o mesmo possa realizar as intervenções. Quando se trata de questões que envolvem saúde e assistência, as equipes técnicas da saúde são acionadas e a enfermeira que trabalha no território da escola realiza a intervenção com a família e solicita que a mesma siga o atendimento recomendado.

Desse modo, identificada uma situação incomum com algum aluno a escola interliga-se com a saúde e assistência social, buscando levantar o maior número de informações sobre a criança e sua família de forma que a intervenção realizada seja efetiva e garanta a integridade física, emocional, bem como o desenvolvimento educacional da criança e/ou adolescente.

Como ela surgiu?

A rede surgiu do estreitamento da relação entre a secretaria municipal de educação e os demais serviços públicos na busca pela garantia dos direitos fundamentais da criança e do adolescente. Percebeu-se que por meio da interligação dos serviços públicos, as demandas identificadas na escola poderiam ser efetivamente combatidas.



BENEFÍCIOS

- Acompanhamento efetivo e integral da família e aluno.
- Maior clareza da complexidade dos casos.
- Promoção da inclusão social.



Priscilla Oliveira Nascimento
Daniela Meirelles Andrade

BOAS PRÁTICAS NA
**GESTÃO
ESCOLAR**